

ATA Nº 3/2017

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DESASSETE.-----

-----Aos seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Espinho e no salão nobre da Câmara Municipal reuniu-se em reunião ordinária, a mesma Câmara sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim José Pinto Moreira, com a presença dos Senhores Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto, Leonor Cristina Costa Matos Lêdo da Fonseca, Quirino Manuel Mesquita de Jesus, José Barbosa Mota, Carlos Augusto Ferreira de Melo Sárria e Luís Miguel Pereira Bernardes dos Santos Neto. Sendo 17.00 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, secretariada pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo.-----

-----**Deliberação Nº 18/2017: Aprovação da ata 2/2017 de 23 de janeiro:** Em virtude da ata n.º 2/2017 da reunião ordinária da Câmara Municipal de 23 de janeiro ter sido entregue em fotocópia a todos os seus elementos, prescindiu-se da leitura da mesma, tendo a Câmara, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo acima citado, deliberado a sua aprovação, por unanimidade. Participaram na votação apenas os membros do órgão executivo que estiveram presentes na reunião a que se reporta a ata em apreciação.-----

-----**Deliberação Nº 19/2017: 1ª Revisão Orçamental aos Documentos Previsionais para o ano 2017:** Presente a informação n.º 910/2017 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, ao abrigo da alínea c), nº 1 do artigo 33º da mesma Lei, a 1ª Revisão aos Documentos Previsionais para o ano 2017 – Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano – e após a sua submissão à DGAL, para apreciação técnica, conforme previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 10º da Lei nº 43/2012 de 28 de Agosto.-----

-----Deliberação Nº 20/2017: Informação relativa às autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos Documentos Previsionais 2016: Presente a informação n.º 912/2017 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 4 votos a favor dos eleitos do PSD e abstenção dos Vereadores do PS, remeter para a Assembleia Municipal de Espinho a informação relativa às autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos Documentos Previsionais 2016, nomeadamente as referidas nas alíneas d) e e) das mesmas.-----

-----Deliberação Nº 21/2017: Informação relativa às autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos Documentos Previsionais 2017: Presente a informação n.º 913/2017 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 4 votos a favor dos eleitos do PSD e abstenção dos Vereadores do PS, remeter para a Assembleia Municipal de Espinho a informação relativa às autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos Documentos Previsionais 2017, nomeadamente as referidas nas alíneas d) e e) das mesmas.-----

-----Deliberação Nº 22/2017: Conversão em definitivo da resolução do arrendamento e cessação do respetivo direito de ocupação do fogo de habitação social atribuído a Dionísio Marques Maia (e agregado) por incumprimento no pagamento da renda mensal desde março de 2016: Presente a informação n.º 567/2017 dos Serviços de Ação Social, Intergeracional e Saúde sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 4 votos a favor dos eleitos do PSD e abstenção dos Vereadores do PS, converter em definitivo e determinar a resolução do arrendamento apoiado e a cessação do respetivo direito de ocupação do fogo de habitação social que se encontra atribuído a Dionísio Marques Maia (e respetivo agregado familiar), ao abrigo e nos termos das disposições conjugadas das normas constantes do n.º 1 do artigo 33.º, dos n.ºs 1 e 3 do artigo 65.º e do artigo 66.º do "Regulamento de Habitação Social do Município de Espinho" (Regulamento n.º 147/2015, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 59 de 25 de

março) bem como do n.º 3 do artigo 1083.º do Código Civil (aplicável por força da remissão legal operada pelos artigos 17.º/1 e 25.º/1 da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, alterada e republicada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto), em virtude do incumprimento do dever de pagamento da renda desde o mês de março de 2016, ou seja por um período superior a oito meses consecutivos, situação que torna inexigível ao Município a manutenção da atribuição do fogo ao agregado familiar de Dionísio Marques Maia. -----

-----Deliberação Nº 23/2017: Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Espinho e a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho para apoio ao projeto “Promover o Sucesso”, a implementar em escolas do concelho, durante o ano de 2017: Presente a informação n.º 919/2017 da Divisão Educação e Juventude, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Espinho e a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho (ADCE) para apoio ao projeto “Promover o Sucesso”, a implementar em escolas do concelho, durante o ano de 2017, pelo valor máximo de €40.000 (quarenta mil euros), isento de IVA. -----

-----Deliberação Nº 24/2016: “Requalificação do Canal Ferroviário do Concelho de Espinho e Estacionamento Subterrâneo-INTERFACE” - Ratificação da decisão de suspensão do prazo para apresentação de propostas, proferida pelo Sr. Presidente da Câmara em 27 de janeiro de 2017: Presente a informação n.º 887/2017 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 4 votos a favor dos eleitos do PSD e 3 votos contra dos Vereadores do PS, no âmbito do procedimento para a execução da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO CANAL FERROVIÁRIO DO CONCELHO DE ESPINHO E ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO-INTERFACE”, ratificar a decisão de manter a suspensão do prazo para apresentação de propostas até ao dia 8 de fevereiro de 2017 (de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação em vigor) proferida pelo Presidente da Câmara em 27/01/2017 ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; alterado pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), cuja competência pertence à Câmara Municipal de Espinho, enquanto órgão competente para a decisão de contratar. -----

-----Deliberação Nº 25/2017: “Requalificação do Canal Ferroviário do Concelho de Espinho e Estacionamento Subterrâneo-Interface” - Decisão sobre erros e

omissões: Presente a informação n.º 907/2017 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e, concordando com a proposta do júri (cujo teor se encontra melhor reproduzido nos mapas em anexo) deliberou, com 4 votos a favor dos eleitos do PSD e 3 votos contra dos Vereadores do PS, nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 6 do artigo 61.º do CCP aceitar e suprir os erros e as omissões apresentadas. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra a decisão de aprovar os erros e omissões, considerando que as inúmeras falhas apontadas são o reflexo da forma leviana, apressada e negligente como todo este processo tem sido gerido. Tendo em conta o histórico da obra de rebaixamento da linha férrea, parece-nos no mínimo irresponsável pretender construir um parque de estacionamento subterrâneo numa extensão de 500m e a 1,5m abaixo do nível freático, sem fazer sondagens geotécnicas, sem prever sistemas de contenção de terras, sem prever sistemas de bombagem, sem avaliar e monitorizar os impactos nas construções limítrofes e sem considerar a supressão, desvio ou construção de novas infraestruturas de águas pluviais e saneamento, que serão intersetadas com a construção do parque, a montante do túnel. Fica por explicar, também, se a alteração e/ou execução das novas infraestruturas e equipamentos sobre o canal ferroviário (Posto de Turismo, praça Progresso e passagem superior pedonal) foram corretamente avaliadas do ponto de vista estrutural e se foram aprovadas pelas respetivas entidades.” -----

-----Deliberação Nº 26/2017: Execução de passeio pelos serviços municipais: Presente a informação n.º 787/2017 da Divisão de Obras Particulares e Licenciamento, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o processo no mesmo referido (em arquivo). Votação: A

Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar que a Divisão de Obras Municipais proceda à execução do passeio resultante do recuo do muro de vedação da propriedade sita na Travessa do Mocho n.ºs 9 e 11.-----

-----**Deliberação Nº 27/2017: Festa a Santo Tirso – corte de ruas ao trânsito – ratificação de despacho:** Presente a informação n.º 813/2017 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara que autorizou o pedido da Fábrica da Igreja e Conselho Económico da Paróquia de Santo Tirso de Paramos para o corte ao trânsito em algumas ruas da Freguesia de Paramos com vista à realização da Festa a Santo Tirso no passado dia 29 de janeiro, de acordo com o percurso indicado no ofício datado de 16/01/2017.-----

-----**Resumo diário de tesouraria:** Presente o resumo diário da tesouraria do dia 30 de janeiro de 2017 que apresentava os seguintes saldos: DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS (inclui o saldo da gerência de 2016 no valor de quatrocentos e vinte e seis euros e oitenta e oito cêntimos): trezentos e noventa e um mil e vinte e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos. DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: um milhão quatrocentos e trinta e oito mil cento e quinze euros e noventa cêntimos. A Câmara foi ainda informada que, até ao dia 30 de janeiro do corrente ano, foram cabimentadas despesas no valor de vinte e cinco milhões novecentos e vinte e seis mil novecentos e sete euros e quarenta e quatro cêntimos, tendo sido efetuados pagamentos até ao mesmo dia no valor de um milhão cento e sessenta e dois mil setecentos e oitenta e seis euros e quarenta cêntimos.-----

-----**Ofício do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde:** A Câmara tomou conhecimento do ofício do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde, remetido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que anexava cópia da informação prestada pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP, na sequência da Moção apresentada pelo Grupo da CDU na sessão da Assembleia Municipal de 28/04/2016 e remetida ao Senhor Ministro da Saúde em 02/05/2016, referente à Proposta de Criação de Unidade Local de Saúde em Espinho. -----

-----**Envio de Listagem de aquisição de serviços para cumprimento dos n.ºs 4 e 12 do artigo 49.º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro que aprova o OE 2017:** A Câmara tomou conhecimento de todos os contratos de aquisição de serviços de 18 a 31 de janeiro de 2017, nos termos dos n.ºs 4 e 12 do artigo 49º, da Lei 42/2016 de 28 de dezembro. -----

-----**Informação do Presidente da Câmara e da Vereação:** O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara de diversas diligências que efetuou no âmbito das competências que lhe estão confiadas. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, as deliberações tomadas na presente reunião, a fim de terem execução imediata, ao abrigo do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo que a subscreveu. -----

O Presidente da Câmara Municipal _____

A Secretária da Câmara _____